

DECLARAÇÕES DE VOTO

1. PAOD - Proposta do CHEGA – ESCOLAS BÁSICAS SEM IDEOLOGIA DE GÉNERO

O documento invoca os artigos 13.º, 43.º e 69.º da Constituição para sublinhar a importância da neutralidade dos serviços públicos, incluindo as escolas, face a movimentos políticos, religiosos ou ideológicos. Contudo, o documento da proposta indicia uma potencial exclusão de minorias ao proibir símbolos ou bandeiras LGBTQIA+ e outras expressões identitárias, podendo ser interpretada como limitadora da liberdade de expressão e de afirmação de identidades minoritárias no espaço escolar. Em vez de proteger a diversidade, arrisca marginalizar jovens e crianças LGBTQIA+, contrariando o direito à não discriminação também garantido pela Constituição (Art. 13.º, n.º 2).

Pode ainda levar a uma Instrumentalização política de uma questão social complexa uma vez que considera que o tema da identidade de género e orientação sexual nas escolas de forma excessivamente simplificada e politizada, tratando como “instrumentalização ideológica” o que em muitas situações são programas de combate ao bullying, educação para a cidadania e direitos humanos, reconhecidos por organizações nacionais e internacionais.

Leva ainda a uma contradição com o princípio democrático de liberdade pedagógica, uma vez que a proposta entra em choque com a autonomia pedagógica das escolas e a liberdade de desenvolvimento de projetos educativos próprios, previstos na lei portuguesa e no quadro europeu.

A proposta tende a acentuar a polarização social e política sobre temas de cidadania e diversidade nas escolas, potenciando divisões em vez de promover diálogo e entendimento sobre diferenças.

Embora a proposta apele à neutralidade estatal e à proteção das crianças contra conteúdos ideológicos, ela acaba por excluir e censurar manifestações legítimas de identidade e cidadania no espaço escolar. Politicamente, reflete a estratégia do



CHEGA de capitalizar temas identitários e sociais sensíveis para afirmar uma visão conservadora e centralizadora sobre o espaço público.

No plano democrático, a proposta levanta sérias reservas pela sua tendência para restringir liberdades fundamentais e minorar direitos de expressão e representação de grupos vulneráveis, configurando-se mais como um ato de exclusão do que de neutralidade inclusiva.

Assim justificamos o nosso voto contra nesta matéria.